

NOTA INFORMATIVA

[Governo dos Açores lança revisão do PRAC para reforçar a adaptação às alterações climáticas](#)

A deputada do PSD/Açores Ana Jorge exultou hoje a revisão do Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC), uma ação do Governo dos Açores “que visa ajustar as estratégias de mitigação e adaptação da Região às novas exigências científicas e legislativas”.

“Trata-se de uma reformulação para atualizar o enquadramento daquele programa, aferir as emissões regionais de gases com efeito de estufa (GEE), reforçar as medidas de mitigação e adaptação e reavaliar a vulnerabilidade dos Açores às alterações climáticas”, explicou a social-democrata.

Como parte desse processo, “a Direção Regional do Ambiente e Ação Climática (DRAAC) lançou ontem um concurso público internacional para garantir a revisão e a modernização do PRAC, no valor de 340 mil euros, numa iniciativa conduzida pela Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática e que vai contar com o apoio de uma comissão consultiva composta por representantes governamentais, municípios e federações agrícolas e pesqueiras”, disse também a deputada.

Segundo Ana Jorge, “esta revisão reforça o compromisso dos Açores com a sustentabilidade ambiental, alinhando-se com o Programa do XIV Governo da Regional, que defende políticas solidárias e eficazes para a proteção das novas gerações e dos recursos naturais, e que aponta o combate às alterações climáticas como uma prioridade da sua ação”.

Refira-se que o PRAC, aprovado inicialmente em 2019, “foi criado para reforçar o conhecimento sobre os riscos climáticos e a capacidade de adaptação da Região face às vulnerabilidades climáticas, estabelecendo cenários climáticos até 2030, estimando as GEE e definindo medidas concretas para a sua redução”, lembrou a social-democrata.

Em 2023, “foi publicado o seu primeiro Relatório de Monitorização, que avaliou a implementação das medidas e apontou a necessidade de ajustes para manter a sua eficácia, uma vez que, até ao final de 2021, das 145 medidas planeadas, 52% estavam em implementação, 9% concluídas e 39% ainda não tinham sido implementadas ou comunicadas à Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática”, acrescentou.

“Perante essa avaliação e as recentes atualizações científicas – como a publicação do 6.º Relatório do IPCC, a Lei Europeia do Clima e a Lei de Bases do Clima – o Governo dos Açores determinou, em novembro de 2024, a revisão do PRAC, que agora se vai efetivar”, esclarece a parlamentar eleita pelo PSD/Açores.

Ana Jorge frisa ainda a importância “de serem seguidos os vários regulamentos internacionais e ainda outros instrumentos de gestão territorial, especialmente aqueles que têm impacto no ordenamento do território, na gestão ambiental e no desenvolvimento sustentável da região, sendo sempre necessárias estratégias de adaptação que sejam compatíveis com as diretrizes do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas”, disse.

Horta, 26 de fevereiro de 2025

PSD/Açores | Gabinete de Imprensa